

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.705 - PR (2019/0008262-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA - PR013037  
DENIZE HEUKO E OUTRO(S) - PR030356  
**RECORRIDO** : JOSE BARRETO  
**ADVOGADO** : DENNIS ALUIZIO ZAFANELI MOLINA - PR025793  
**RECORRIDO** : R G DOS SANTOS  
**RECORRIDO** : RAFES GOMES DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE ATESTA A OBSERVÂNCIA DO PRÉVIO CONTRADITÓRIO. FUNDAMENTO BASILAR DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS. SÚMULA 7/STJ. VERBA HONORÁRIA EXORBITANTE. RAZÕES DISSOCIADAS DA REALIDADE DOS AUTOS. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO BRADESCO S/A em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

*EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INSTRUMENTO PARTICULAR DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA.*  
*1. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. REVISÃO DE ENTENDIMENTO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. INÉRCIA DO EXEQUENTE POR MAIS DE 8 (OITO) ANOS. INEXISTÊNCIA DE CAUSA SUSPENSIVA OU INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.*  
*2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS DE MODO CORRETO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 85, § 2º, INCISOS I A IV, DO CPC. QUANTUM FIXADO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELO JUÍZO SINGULAR.*  
*3. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO DE*

*APELAÇÃO DO BANCO DESPROVIDO. VOTO VENCIDO.*

No recurso especial, o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos seguintes dispositivos: (a) arts. 269, IV, 791, III, do CPC/73 (arts. 487, § único, e 921 do CPC/15), alegando, em síntese, a inocorrência da prescrição intercorrente, diante da ausência de intimação prévia do credor e (b) art. 85, §§ 8º e 11, do CPC, sustentando que os honorários advocatícios recursais foram majorados de forma desproporcional ao trabalho realizado na fase recursal.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não pode ser conhecido.

Inicialmente, convém registrar que a 2ª Seção do STJ, ao julgar REsp 1.604.412/SC (Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 22/08/2018), sob o rito do art. 947 do CPC/15, firmou entendimento assim ementado:

**RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

*1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes:*

*1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.*

*1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).*

*1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava*

*suspensão na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).*

*1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.*

*2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.*

*3. Recurso especial provido.*

Colhe-se dos autos que a execução teve início no dia 24 de janeiro de 2002.

Segundo o acórdão, (a) o prazo prescricional aplicável é quinquenal (art. 206, § 5º, I, do CC) e (b) *"a presente execução de título extrajudicial ficou suspensa após o pedido do exequente de suspensão do feito, em 22-8-2003, até o seu comparecimento, em 15-2-2012 para requer a juntada do cálculo atualizado e a realização da penhora via Bacen-Jud"*.

Com efeito, o prazo de prescrição começou a fluir em **22-8-2004**, um ano após a suspensão, pelo prazo de cinco anos.

Logo, correto o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Com relação à necessidade de prévia intimação do credor, o caso concreto possui peculiaridades que não permitem acolher a pretensão recursal.

Com efeito, segundo se infere do entendimento firmado pela 2ª Seção nos autos do REsp 1.604.412/SC, é imprescindível a intimação do credor antes da proclamação da prescrição intercorrente.

Isso porque, *"para o eventual reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, em ambos os textos legais - tanto na LEF como no novo CPC - prestigiou-se a abertura de prévio contraditório, não para que a parte dê andamento ao processo, mas para assegurar-lhe oportunidade de apresentar*

*defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição. Portanto, frisa-se, não para promover, extemporaneamente, o andamento do processo".*

Ocorre que, no caso concreto, um dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para negar provimento à apelação do recorrente pode ser assim sintetizado (e-STJ Fl. 547):

*14. Neste aspecto, importante salientar que a intimação prévia do credor para possibilitar que informe ao juízo eventual ocorrência de causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional permanece necessária em atenção ao princípio do contraditório.*

*15. No caso em análise, contudo, dispensa-se essa intimação, uma vez que a prescrição intercorrente é matéria objeto da exceção de pré-executividade apresentada (mov. 155.1), sobre a qual as partes tiveram oportunidade de se manifestar perante o juízo de origem. Vale dizer, observado o contraditório.*

A teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Considerando que a insurgência recursal não refuta o fundamento disposto - de que o princípio do contraditório foi observado -, o recurso especial não pode ser conhecido no ponto.

Por fim, no tocante à apontada violação ao art. 85, § 11, do CPC, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que, em sede de recurso especial, não é possível rever os critérios adotados pelo julgador na fixação dos honorários advocatícios, inclusive em grau recursal, por importar o reexame de matéria fático-probatória. A incidência da Súmula 7/STJ somente pode ser afastada quando o valor fixado for exorbitante ou irrisório, o que não ocorre no caso dos autos.

Por sinal, com relação ao argumento de que os honorários advocatícios se mostram *"exorbitantes"* e que deveriam ser arbitrados por meio de apreciação equitativa (§ 8º do art. 85 do CPC), pois *"valores envolvidos são*

*inestimáveis*", extrai-se do acórdão recorrido o seguinte excerto:

*Assim sendo, o recurso não merece provimento. Outrossim, pelo trabalho adicional na fase recursal (CPC, art. 85, § 11º), condeno o Banco Bradesco BERJ S.A., ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 1% (um por cento) também fixados sobre o valor da causa atualizado, os quais somados aos honorários fixados em primeiro grau de jurisdição perfazem o total de 16%.*

Considerando que o valor da causa é de apenas R\$ 6.205,71 - pendente de simples atualização monetária -, e que a verba honorária corresponde a 16% desse valor, as razões recursais atentam contra a realidade dos autos, razão pela qual incide, também, o óbice da Súmula 284/STF, segundo o qual: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

**Diante do exposto, não conheço do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida em 1% sobre o valor atualizado da causa.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator